

VIVER DE QUITANDAS EM DESTERRO NO SÉCULO XIX: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE HISTÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES A PARTIR DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Mylene Silva de Pontes¹

Mônica Martins da Silva²

Resumo: O Ensino da História dos Povos Africanos e Afrodescendentes ainda constitui, no tempo presente, um desafio para o trabalho pedagógico, mesmo depois de mais de uma década da aprovação da legislação que orienta esse trabalho. Nesse texto, apresentamos uma proposta de pesquisa ação que constitui etapa de uma investigação desenvolvida no ProfHistória/UFSC, a partir do acervo do módulo temático “Viver de Quitandas” do Programa Santa Afro Catarina. Propõe-se o desenvolvimento de diferentes etapas que partem da problematização da invisibilidade acerca dos povos africanos e afrodescendentes na História e na Memória de Florianópolis e São José, onde está localizado o Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, instituição com a qual se desenvolve a pesquisa, a partir do trabalho com uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental. Também propõe-se o trabalho com diferentes fontes históricas que problematizam a História de Desterro e São José no século XIX, compreendendo o processo de transformação da paisagem urbana com destaque para os temas do abastecimento e da produção de gêneros alimentícios, associados a espaços como o Porto, a antiga Praça de Mercado e as ruas de Desterro que emergem como locais de trabalho, cultura e de sociabilidade para muitos escravos e libertos, homens e mulheres de origem africana, que desempenhavam atividades relacionadas ao comércio de gêneros alimentícios produzidos na Ilha e no litoral adjacente. Destaca-se o trabalho com as trajetórias das “Quitandeiras”, mulheres africanas que viviam do comércio de rua, cujas histórias entrelaçam passado e presente e são o fio condutor da narrativa que propõe um percurso pelas ruas, praças e becos, nas imediações da praça XV de novembro, no centro de Florianópolis. Por meio dessa proposta, problematiza-se as ausências e as invisibilidades da História desses sujeitos na História de Santa Catarina, a partir de um trabalho que privilegia a discussão de fontes históricas e a Educação Patrimonial.

Palavras chaves: Ensino de História. História dos povos africanos e afrodescendentes. Educação Patrimonial.

INTRODUÇÃO

O ensino de história, durante muito tempo, foi pautado por uma concepção teórica eurocêntrica, cronológica e factual (GLEZER,2002). Nos livros didáticos e nas aulas de história, o recorte temático quase sempre privilegiava temas e conteúdos europeus. Sendo

¹ Mestranda do ProfHistória, UFSC, professora da rede Municipal de São José, especialista em História Social e Licenciada em História. Email: mylepon@gmail.com

² Professora do Departamento de Metodologia de Ensino, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História ProfHistória - UFSC Email: moniclio@uol.com.br

assim, a História do Brasil tem sido analisada a partir da cultura europeia, conseqüentemente, é minorada em nossa memória a contribuição cultural, social e econômica dos povos indígenas e afro-brasileiros marcados pela invisibilidade social e cultural, como se a única história a ser defendida fosse aquela que é marcada pela condição social da submissão das pessoas escravizadas.

Esse “ritual de formalidade e ostentação da Europa” (NASCIMENTO, 1978, p.95) começou a mudar, mais recentemente, sobretudo em 2003, com a aprovação da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas públicas e particulares do Brasil, tanto no ensino fundamental como no ensino médio. Com isso, teve início uma mudança que impactou os materiais didáticos, os currículos das universidades, a oferta de cursos para professores e, principalmente, as salas de aula.

A lei 10639/03 sem dúvida é fundamental para o desenvolvimento de ações educativas que lutam contra o preconceito, além de impulsionar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, em março de 2004, decorrente do parecer CNE /CP 3/2004. Estas diretrizes resultaram na “discussão das relações raciais no Brasil e o combate do racismo tantas vezes silenciado e desqualificado pelas avaliações de que o Brasil é uma democracia racial” (ABREU; MATTOS, 2008, p.9). Faz-se necessário compreender o processo social e histórico que marginalizou a população afro-brasileira durante séculos e o fortalecimento dos estereótipos, homogeneizando a cultura dos negros no Brasil, na África ou em outros países e continentes.

Considerar que a história que contempla essas sociedades suas memórias e “contribuições para a construção do patrimônio histórico- cultural da humanidade e do Brasil permite que tenhamos uma visão mais panorâmica da nossa condição humana, de nossas múltiplas identidades e da nossa pluralidade cultural” (OLIVA, 2012, p.44). Por conseguinte, o estudo tem como objetivo apresentar uma proposta de Educação Patrimonial e pesquisa-ação que envolve a busca para o aprimoramento do currículo em ação ao abordar questões relativas à escravidão, principalmente, em São José e Desterro, no século XIX. Assim, ajuda a desmistificar os estereótipos acerca de escravizados que atuavam entre a negociação e o conflito no contexto da sociedade escravista brasileira.

Apesar de esse novo olhar que, atualmente, considera a história africana e afro-brasileira, tanto em Santa Catarina como no Brasil, a marca de uma memória colonizadora, eurocêntrica e monocultural, produzida e difundida pela elite no século XIX e XX que trata o africano e afrodescendente como escravo, ainda permanece no imaginário coletivo da população.

Pela ideia de identidade açorianista nos discursos reforçados pela mídia e pelo senso comum que invisibiliza a presença de sujeitos na História e Memória do Estado, valorizando e reforçando o papel de colonizadores europeus e açorianos, na construção da sociedade catarinense, também ocultando de forma sistemática as populações indígenas e afrodescendentes.

Assim como em muitas cidades brasileiras, há uma busca por “um modelo de política cultural que tende a legitimar apenas uma pequena parcela da população como produtora de memória, história e cultura”. (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2016, p. 195), em Florianópolis, nos anos 1940, iniciou-se um movimento e política de identidade açorianista.

A partir do 1º Congresso Catarinense de História, ocorrido em 1948, que “representou um marco fundamental na redescoberta das raízes açorianas de Santa Catarina”, como afirma Leal (2007, p. 40), há uma mudança de perspectiva, no que tange à colonização açoriana que, até então, é lembrada pelo fracasso na agricultura, diferente dos alemães e italianos. Portanto, ocorre, nesse momento, uma ressignificação da presença e da identidade açoriana no litoral catarinense. Além do Congresso, houve também a criação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), em 1984, que, segundo Leal (2007, p. 56), vai difundir ainda mais a cultura açoriana para fora do ambiente das Universidades, conectando vários municípios em prol da causa.

Nessa perspectiva, a única face da história a ser valorizada nesta época, na Ilha de Santa Catarina e São José³ foi a da presença açoriana. Por conseguinte, a face da experiência dos afrodescendentes em Florianópolis e São José foi resumida à situação de cativos, como se

³ A história oficial da cidade de São José começa com a chegada de 182 casais de açorianos e com a colorização posterior de alemães. História que pode ser vista no *site* da prefeitura, disponível em <http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/historia>, acesso em 10 de maio de 2017; e em alguns livros patrocinados pelo município como: “*São José 250 anos*”, do qual ainda teria *São José 252 anos*, *São José 254 anos* e *São José 256 anos*, de autoria de Wilson Francisco Farias, no qual é possível encontrar páginas que falam de afro-brasileiros ou indígenas, mas pouco complementam e não integram a história do município.

não participassem do cotidiano do litoral catarinense. E, por vezes, sua presença foi ocultada e suas experiências desvalorizadas, como afirmam as historiadoras Mamigonian e Vidal (2013, p.11). “Quando não são mão de obra do passado ou protagonista de situações pitorescas, os indivíduos de origem africana não figuram na história da cidade do século XIX.” Portanto, a exaltação permanente de uma cultura única invisibiliza a pluralidade característica das cidades brasileiras.

Atualmente, a escravidão local, por vezes negada, tem sido alvo de reflexão no ambiente escolar. Mesmo antes da Lei 10639/03, alguns professores “já vinham desenvolvendo propostas que tinham entre seus objetivos a desconstrução de estereótipos, permitindo que os alunos construíssem novas concepções acerca dos processos históricos” (PEREIRA, 2008, p.23). Entretanto, ter o apoio de políticas públicas amplia os referenciais teóricos e as práticas educativas que abordam as questões raciais.

Nesse contexto, a articulação de políticas públicas e práticas pedagógicas, se incorporam as discussões da importância do patrimônio cultural afro-brasileiro na atualidade, que critica os processos de instituição da memória coletiva que privilegiam um grupo social como os representantes da história das cidades, fortalece e reforça o “sistema de dominação já constituído pela condição socioeconômica de negros e indígenas.” (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2016, p. 197) resultando na intolerância seletiva para com determinados grupos sociais.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL : UMA REFLEXÃO SOBRE MEMÓRIA INSTITUÍDA E PRÁTICAS CULTURAIS DE VALORIZAÇÃO

O campo do patrimônio tem sofrido modificações ao longo dos anos, com destaque para três legislações que provocaram grandes mudanças no âmbito das políticas institucionais. A criação em 1937, no governo de Getúlio Vargas, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os artigos 215 e 216 da constituição de 1988, que institui uma concepção de Patrimônio Cultural no Brasil e “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial” e o decreto nº 3551, de 2000, que instituiu “o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional da Patrimônio Imaterial”. Ao evoluir na compreensão do que é

Patrimônio diferentes grupos formadores da sociedade brasileira foram da melhor forma representados.

Pelas especificidades das populações afrodescendentes e indígenas, as quais não costumam ter seu patrimônio edificado e pela política de preservação e tombamento do patrimônio material, os chamados bens de *pedra e cal*, houve durante muito tempo a elitização dos bens culturais. Se por um lado, a ampliação do conceito do que é Patrimônio e o registro de bens imateriais fez com que houvesse melhor representação das sociedades afrodescendentes e indígenas, por outro lado, o processo de reconhecimento ainda é configurado pelas disputas que possibilitam uma hegemonia dos grupos colonizadores.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial reflete e historiciza o patrimônio com objetivo de ampliar a relação dos alunos com o Patrimônio imaterial e material pela compreensão dos processos e das políticas que envolvem e engendram o reconhecimento das criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, edificações, documentos e espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Quando o patrimônio é trabalhado no âmbito local, na cidade que o aluno reside e conhece “o saber histórico passa ser trabalhado de maneira a valorizar o aluno como sujeito capaz de produzir conhecimento por meio de questões cotidianas, dimensões próximas a realidade dele, como trabalho com assuntos relacionados à cidade.” (PAIM; TAVARES 2017, p. 387). Relaciona-se a história local com educação patrimonial e relações de poder que envolvem as questões vivenciadas pelos sujeitos.

VIVER DE QUITANDAS E USO DE FONTES HISTÓRICAS

Os ocultamento presente na história oficial das cidades, no ensino e no currículo, não se referem somente à da história dos escravizados, descendentes de africanos e indígenas, as mulheres também sofreram com as relações de poder presentes no currículo e na historiografia tradicional essencialmente masculina, eurocêntrica e cristã. No entanto, agora colhem os frutos de uma história social e cultural voltada aos que até então eram marginalizados.

As mulheres do século XIX, que até pouco tempo atrás, viviam às margens da história, escondidas pelas ausências em alguns documentos oficiais, atualmente protagonizam narrativas, dão nome a livros e aparecem mesmo que nas entrelinhas das fontes.

A reconstrução de papéis sociais femininos é parte da luta contra planos, mitos, normas e estereótipos que, muitas vezes, deixaram as mulheres invisíveis para a história. A mulher negra pode ser invisibilizada e estereotipada porque existe uma confluência do racismo e do machismo. Esta realidade certamente está em transformação e a educação acerca desses temas colabora com essas mudanças. A percepção de histórias que individualizam e singularizam sujeitos africanos e afrodescendentes é parte da pesquisa realizada pelo Programa Santa Afro Catarina, por meio do módulo temático Viver de Quitandas que torna possível refletir sobre gêneros alimentícios, comércio na cidade, educação patrimonial, além do trabalho escravo e a participação da mulher negra na sociedade.

As narrativas que o módulo apresenta permitem que conheçamos biografetas⁴ de mulheres de origem africana que trabalhavam com o comércio local e, ao contrário do que pode pensar o senso comum, não eram subalternas ou clandestinas nas relações sociais, inclusive negociavam com homens influentes da época.

Essas mulheres, personagens da narrativa, o porto, a antiga Praça do Mercado e as ruas de Desterro contribuem para pensar uma história mais ampla, do espaço público, em meio a questões higienistas de controle e prevenção que se dão não só no mercado público e região, mas também em todo Brasil, mesmo após a abolição e o início da República. As leis também colaboravam para diminuir a circulação de pessoas de origem africana nos grandes centros. (DELGADO; MAMIGONIAN, 2014).

A pesquisa trará a sala de aula o uso documentos de diferentes naturezas: mapas, imagens, textos escritos; relatório do presidente da província, jornais e uma proposta de olhar e problematizar a cidade, principalmente, nas questões que permeavam a escravidão no século XIX. Desse modo, permite trabalhar um percurso que associa a paisagem urbana de Desterro às de outras freguesias da Ilha de Santa Catarina e do litoral, relacionando com o abastecimento e a produção de gêneros alimentícios e com a socialização de homens, mulheres, escravizados, livres e libertos; e assim ajudar a dar visibilidade a negros e negras de Desterro, principalmente, as quitandeiras do século XIX.

No que tange à escravidão em Santa Catarina o estudo de documentos é fundamental para quebrar paradigmas sobre a presença de escravizados em Desterro e São José. No século XIX, os registros mostram que o número de escravizado chegou a 33%, da população do

⁴ Termo utilizados pelas autoras do projeto, Andréa Ferreira Delgado e Beatriz Gallotti Mamigonian para se referir a pequenas narrativas biográficas, que foram criadas com base em documentos.

estado, em 1824, mas a falta de documentos não esclarece os motivos do decréscimo em 1850, para 21%, o que podemos suspeitar ter relações com a Lei Eusébio de Queiroz, a legislação que proibiu o tráfico de pessoas que estavam na condição de escravidão (PIAZZA, 1999, p. 41). Em Desterro, no ano de 1966, Fernando H. Cardoso (2000, p. 197), cita 14% de escravizados na Ilha de Santa Catarina e Farias (1999, p. 108), afirma que 16,2% da população josefense tinha origem africana, ou seja, quase 15% era escravizada. Podemos concluir que os muitos anos de escravidão no Brasil fizeram com que houvesse mudanças no sistema colonial e na escravidão, que precisam ser percebidas e reconhecidas pelos historiadores e professores de história, assim como o trabalho dos africanos e seus descendentes no Brasil e em Santa Catarina e as experiências na para sociedade, cultura e economia rural e urbana.

PESQUISA: REFLETIR E PROBLEMATIZAR

Na escola em que a pesquisa será realizada, Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, apelidada de Melão, foram várias as oportunidades que tive para abordar questões relativas às relações inter-raciais e História da África. A turma que escolhi para a pesquisa conta com 36% de meninos e 64% de meninas, quanto a raça/cor, 82% se declara branca, 7% parda e 11% negra. Ou seja, boa parte dos alunos são brancos, mas compreendo que o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira não é importante apenas para os que se identificam como negros, mas para todos. Um dado que foi relevante para o direcionamento da pesquisa é que 53% dos alunos nasceram em São José e 82% moram no município, isso fez com que a cidade de São José fizesse parte do planejamento das atividades a serem propostas ao grupo⁵.

No entanto, aliar as fontes históricas, história local, escravidão sobre a ótica da Educação patrimonial, ainda, é alvo de constantes desafios, mas necessários para o aprimoramento da prática pedagógica.

A metodologia se constitui de uma pesquisa-ação, seguindo o ciclo necessário para o desenvolvimento de investigação-ação, ou seja, planejar, praticar, descrever e avaliar. Há nesse contexto de pesquisa possibilidade de uma reflexão da própria prática educativa com o

⁵Esses dados se baseiam na ficha de matrícula dos alunos preenchida pelos responsáveis, no início do ano letivo, o dado que afirma onde residem está baseado em uma pergunta realizada diretamente aos alunos, que fez três alunos afirmarem que, atualmente, não moram mais em São José, sendo que em termos gerais dois, moram em Palhoça, dois em Florianópolis e uma na cidade de Governador Celso Ramos.

objetivo de aprimorá-la. (TRIPP, 2005, 446). Nesse sentido, esta metodologia de pesquisa orientada à prática educacional visa a aperfeiçoar, contribuir e orientar e não ao acúmulo de conhecimento (ESTEBAN, 2010, 167).

É importante salientar que a pesquisa-ação também se justifica pela inovação de trabalhar com educação patrimonial com o objetivo de ensinar também sobre escravidão na história dos municípios de Florianópolis e São José. Na minha prática profissional, também não é comum que eu utilize documentos escritos, como jornais, e no assunto escravidão, especificamente, não costumo trabalhar com imagens. Portanto, a investigação da minha prática tem o objetivo de melhorá-la, mesmo sabendo que por mais que uma aula possa ser pensada e planejada, a única certeza é a possibilidade de nos surpreender, pois não há receita pronta para ser professor, muito menos um engessamento da sala de aula e dos alunos.

Evidencia-se, assim, a necessidade de se investir e aprofundar a linha de investigação, explicitando os resultados para que somados aos demais autores, possamos realizar um intercâmbio de informações e reflexões sobre os avanços, limites e possibilidades das práticas que abordam questões raciais. Com a justificativa evidente de que é necessária a construção efetiva de um saber não eurocêntrico e sim múltiplo.

As atividades iniciarão com uma ficha exploratória sobre o que eles conhecem como patrimônio, no âmbito privado e coletivo. Posteriormente, receberão fotografias de Patrimônios culturais dos Municípios de São José e Florianópolis, como os Conjunto de casario do século XIX e início de século XX, o entreposto Comercial da Praia comprida, que servia de depósito para agricultores e comerciantes que vinha do interior de São José e precisavam transportar até o mercado público, que foi demolido em agosto, de 2010 para servir de estacionamento.⁶ Além de patrimônios imateriais da cidade como Sociedade Musical União Josefense, o Ofício e o Saber dos Oleiros e a Festa do Divino.

As, outras imagem são do Velho Mercado e da praça Fernando Machado, atual local de uma foi o primeiro mercado e Mercado Público de Florianópolis, localizado na Rua Conselheiro Mafra, centro da cidade, o prédio é composto de duas alas , norte e sul que são separadas por um vão central. E, é um dos primeiros edifícios visto por quem chega ao centro, principalmente de ônibus. Os alunos terão que identificar nas imagens apontando o que eles veem, que valor eles atribuem a essas imagens e onde os imóveis estão localizados. Também

⁶ Informações retiradas da Cartilha do Patrimônio Histórico de São José. SC. 2ª edição, 2013.

devem responder se conhecem os locais. Para trabalhar com temporalidade, eles serão questionados se os imóveis que estão nas imagens são antigos e o quanto são antigos, promovendo uma reflexão acerca de periodizações.

Posteriormente, com a afirmação que imóveis são considerados patrimônio cultural em nível municipal, os alunos serão questionados se compreendem o que significa tornar um bem como Patrimônio Cultural, também indagando o que é patrimônio para eles e se conhecem mais algum patrimônio, mapeando os seus saberes prévios sobre o assunto. Esses questionamentos terão desdobramentos a partir de pequenos fragmentos de textos escritos, que narram a história dos locais. Os alunos terão que estabelecer conexões, verificando se há pontos comuns aos lugares. Após estes levantamentos o trabalho com fontes históricas começará “considerando toda uma série de mediações, desde o caráter do documento como monumento, até a compreensão da história como um discurso sobre o passado, política e culturalmente informado,” (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 117) mostrando a complexidade das construções dos discursos históricos.

O professor deve problematizar as fontes históricas para as tornar parte da aprendizagem, “discutir o papel constitutivo das imagens” (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p.123), perceber qual o lugar da fonte no passado e no presente, questionar até o esgotamento, para que possamos compreender o que está em destaque, o que pouco aparece e quais são os esquecimentos das fontes.

Além disso, outra atividade que será elaborada é um roteiro histórico que deve contemplar percursos pela cidade em lugares de memória dos municípios de Florianópolis e São José, com isso, congrega a Educação Patrimonial com a valorização de uma História Diversa⁷, que não coloca os escravizados apenas como subservientes, mas identifica as suas trajetórias em diferentes espaços da cidade, por meio de narrativas produzidas por meio do diálogo com fontes históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho está em andamento e o planejamento está sendo avaliado, reavaliado e ampliado. No entanto, existe uma importância evidente em trabalhos que problematizem a prática docente, motivem o estudo de diferentes sujeitos, entre eles, mulheres negras e suas experiências sociais, proponha atividades do ensino de história que discutam a questão da

⁷ MAMIGONIAN; VIDAL, 2013 Termo usado pelas autoras no livro História Diversa, para contemplar uma história que inclui africanos e afro-descendentes, ocultados por muitos outros autores.

escravidão local enfraquecendo estereótipos racistas. Além de questionar a história que valoriza a presença de grupos em detrimento de outros, possibilitar aos alunos trabalhar com fontes históricas, convocando-os para participar do processo de mediação didática e reconhecer o patrimônio cultural de múltiplos grupos sociais como representantes da memória coletiva ressignificando espaços urbanos da cidade ao evidenciar a presença de outras memórias.

Como consequência, da pesquisa temos como objetivo avançar nas reflexões sobre o ensino de história a partir de situações práticas na sala de aula, valorizando a história ensinada como forma de construção e configuração de novos saberes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf> > Acesso em 18 de maio de 2017.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. /Marcos Antônio Oliveira Fernandes organização, 22 ed, São Paulo: Rideel, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis . Relações Sociais e Econômicas**. Florianópolis. Insular.(2000)

DELGADO, Andréa Ferreira ; MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. Santa Afro Catarina: espaço urbano, história e educação e educação patrimonial. **Anais eletrônicos do XIV Encontro Estadual de História**. Tempo, Memória e Expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC. Disponível em < <http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-15-trabalho-01.pdf>> Acesso em 17 de novembro de 2018.

DELGADO, Andréa Ferreira e MAMIGONIAN, Beatriz Galloti; **Santa Afro Catarina: Acervo Digital e Educação Patrimonial** . Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/2175-7976.2014v21n31p86/28463> acesso em 23 de outubro de 2016.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, 198 p.

ESTEBAN, M. Paz Sandim. **Tradições na Pesquisa Qualitativa**. Pesquisa Qualitativa em Educação. Porto Alegre: AMGH, 2010. p. 145-191.

FARIAS, Vilson Francisco. **São José 250 anos: natureza, história, cultura.** São José, 1999.

GLEZER, Raquel. **Tempo e História.** Cienc. Cult. [online]. 2002, vol.54, n.2 [cited 2012-08-26], pp. 23-24. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200021&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0009-6725. Acesso em 23 de novembro de 2016.

LEAL, João . **Cultura e Identidade Açoriana** – o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis, Insular.2007 . 200 p

MAMIGONIAN, Beatriz G. & VIDAL, Joseane Zimmermann (org) Coleção **História Diversa.** Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do, **Genocídio do Negro Brasileiro.** Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Editora Terra e Paz, 1978. 232 p.

OLIVA, Anderson Ribeiro . Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras . **Revista História.** Hoje, v. 1, nº 1, p. 29-44 – 2012 Disponível em< file:///C:/Users/cacov/Downloads/4-10-1-PB%20(4).pdf >Acesso em 03 de junho de 2017.

PAIM, Elisa; TAVARES, Isadora Nunes.Org.In PAIM, Elisa Antonio, **Patrimônio Cultural e Escola** , entretecendo saberes.Florianópolis: NUP/CED/UFSC,2017. 538 p.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Porto Alegre, **Anos 90.** Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008. < Disponível em< seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961> Acesso em 10 de abril de 2017.

PASSOS, Joana Célia dos, NASCIMENTO, Tânia Tomázia do NOGUEIRA, João Carlos. O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso, **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 29, no 196 57, p. 195-214, janeiro-abril 2016. Disponível em< www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0195.pdf > Acesso em 19 de junho de 2017.

PEREIRA, Junia Sales. Reconhecendo ou Construindo uma Polaridade étnico identitária? Desafio do Ensino de História no imediato contexto pós Lei n. 10639. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 21, N. 41 (2008) Disponível em < www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/02.pdf> Acesso em 01 em dezembro de 2016

PIAZZA, Walter F. **A Escravidão Negra: numa província periférica.** Florianópolis, Editora: Guarapuvu, 1999.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em w0ww.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf. > Acesso em 21 de março de 2017